



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22 DE OUTUBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Boa tarde. Esta é a 21ª audiência pública da Comissão. A gente realiza hoje o debate sobre o PL 10/2014, que tem próximo de quatro anos de tramitação na Casa. Importante lembrar que ele foi instrumento de um fórum durante 15 meses, o projeto que trata do Parque Minhocão realizou, dentro da Câmara, um conjunto de debates bastante intensos. E a gente retomou no começo deste ano mais um curso de debates, realizamos aqui na Praça Marechal Deodoro um deles, realizamos outro na Praça Roosevelt, ainda realizamos na Câmara outro. Hoje a gente pretende avançar mais um pouco nesta última oportunidade em que a gente debate o PL 10, que cria o Parque Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado Costa e Silva.

Como na última audiência a gente tinha feito um compromisso de avançar num texto que foi previamente pactuado com o Executivo, eu vou pedir para a equipe fazer chegar a vocês essa versão do texto que realiza um recuo, se assim a gente pode dizer, na definição da interrupção definitiva de circulação de veículos em cima do Elevado.

O que a gente consegue até o momento, com garantias de sanção por parte do Executivo são as limitações e restrições de circulação que vão do trânsito e circulação de segunda à sexta-feira, das 20h, período de encerramento do rodízio, às 7h da manhã; sábados, domingos e feriados, que já era um avanço consistente; e outro avanço bastante significativo, as férias de julho e janeiro. Esses foram os avanços passíveis desse período de debates.

A ideia hoje é realizar mais uma jornada de escuta da sociedade, nesse esforço que a gente tem feito de tirar a discussão de dentro da Câmara, trazê-la para mais próximo da comunidade. No caso aqui, o mais próximo que se pode, num dos acessos ao Elevado, hoje Elevado João Goulart, Elevado Costa e Silva no passado. A ideia é que a gente tenha pelo menos uma hora de participação, uma hora de debates com a participação de vocês. As inscrições já estão abertas. E a tarefa hoje é exatamente esta: tentar buscar um pouco mais de contribuições.

A gente convidou Heloisa Proença, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Fernando Von Zuben, Secretário Municipal de Verde e Meio Ambiente; Claudio Carvalho, Secretário Municipal de Investimentos Sociais; Luís Felipe Siqueira Leite, membro do Ministério Público Estadual; Fernando Túlio, Presidente do IAB; Luísa Lins Veloso, defensora pública do Estado de São Paulo. Esses foram os convites.

A gente vai abrir um tempo maior do que historicamente, que é de três minutos. Isso já aconteceu na nossa última audiência. Nossa tese é que os tempos possam chegar a, no mínimo cinco minutos, no máximo a sete minutos, que foi exatamente o que a gente fez na última audiência, permitindo um envolvimento e uma utilização do tempo passível de uma contribuição verdadeira ao projeto.

Pergunto à equipe se já temos inscritos para o início de contribuições. (Pausa)

Agradecer muito ao comércio aqui do entorno que nos cedeu mesas. Agradecer à Associação Parque Minhocão, que nos cedeu o sistema de som. Então a gente está aqui com uma audiência pública que tem os servidores da Câmara, mas nenhuma estrutura da Câmara foi necessária para a realização do evento, para a realização da audiência pública, o que mostra também o engajamento bastante interessante do comércio do entorno, que nos cedeu mesas e cadeiras, da mesma forma com que a Associação, que nós traz o equipamento de som, e os funcionários da Casa que estão aqui fazendo a gravação e fazendo todo o assessoramento.

Quero só fazer um esclarecimento para aqueles que talvez não tenham tido oportunidade: a gente realizou na Câmara um conjunto de debates em cima da temática do Parque Minhocão, debates estes que aconteceram em 2014, em 2015 e 2016. A primeira oportunidade em que a gente saiu da Câmara para fazer debates externos foi no primeiro semestre deste ano, quando a gente realizou um primeiro debate público fora da Câmara, na Praça Roosevelt. No segundo semestre a gente realizou aqui, mas não na área coberta, na área descoberta, porque o dia nos permitiu, um segundo debate público fora da Câmara. Este

é o terceiro debate público que a gente realiza fora da Câmara. Portanto a gente já tem mais de 20 audiências realizadas, entre debates, audiências públicas e fóruns, alguns realizados dentro da Câmara e outros realizados fora da Câmara.

Vou chamar a Eliana Langer para fazer uso da palavra.

A SRA. ELIANA LANGER – Boa tarde. Eu vi aqui para ler um documento que foi protocolado, que foi feito às pressas também, assim como esta reunião.

“Nós, abaixo-assinados, membros do Movimento São Paulo sem Minhocão, protestamos contra a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, da audiência pública sobre o PL 10/2014, a ser realizada no dia 22 de outubro de 2017 na Praça Marechal Deodoro.

A aprovação da audiência se deu na tarde do dia 18 de outubro, a apenas quatro dias de sua realização, não foi alvo de divulgação prévia no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e não convidou nenhum dos grupos contrários à criação do Parque que participaram de diversas ações na Câmara Municipal de São Paulo sobre o tema. Não cumpriu, portanto, vários dos protestos da legislação participativa: 1 - Publicação de edital de convocação pelo órgão competente no *Diário Oficial*, inclusive mediante divulgação nos meios de comunicação disponíveis, com a antecedência, prevista na legislação vigente, da realização da audiência pública, contendo data, horário, local, objetivo e a dinâmica dos trabalhos; 2 - O órgão público deve deixar disponível para consulta pública, com o máximo de antecedência e acessibilidade, informações a respeito da questão a ser discutida na audiência; 3 – Definir como será a dinâmica da audiência, em que ordem os temas serão discutidos, quanto tempo será reservado para cada intervenção dos participantes, qual será a duração da audiência, e garantir que os participante tenham direito de se manifestar sobre o tema, expondo seus pontos de vista de maneira justa e adequada; envio de convites para autoridades e lideranças que comporão a Mesa; envio de convites para autoridades e lideranças em geral; fixação de cartazes em locais de intenso fluxo de pessoas, como unidades de saúde, escolas, terminais rodoviários, prédios

públicos; elaboração de lista de presença geral e de autoridades; lista dos inscritos para manifestação oral.

O PL 10/2014, já aprovado em primeira votação na Câmara Municipal, contou com a realização de uma única audiência pública além da prevista para hoje, realizada em 9 de setembro de 2014. Nessa época já ficavam evidentes as posições dos diferentes grupos de participação cidadã. O PL 10/2014, portanto, poderá ser aprovado sem que tenha havido anteriormente uma ampla e suficiente discussão com os moradores da região, além de estudos de impacto que o novo empreendimento pode causar na região.

Solicitamos, portanto, que sejam marcadas novas audiências públicas respeitando os ritos previstos da legislação participativa antes da apresentação do PL 10/2014 para a segunda votação em plenário.”

Assinaram sete pessoas. (Palmas)

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Obrigado, Eliana.

Chamar o segundo inscrito, Edson Farah.

O SR. EDSON FARAH – Antes do mais, dileto Vereador, eu quero consignar nossa estranheza. Marcar uma reunião num lugar hostil como este. Mas tem um fator favorável, que espero que estejam gravando, o barulho e o horror nos baixos do Minhocão. Mas é muito estranho, quatro dias, uma audiências às pressas, no meio da rua. Perdão.

Bom, eu vou tentar ler muito rapidamente um protocolo que vou protocolar com o senhor. Perdoem a extensão, mas não é tão grande assim. Eu vou tentar ser o mais rápido possível.

“Ofício da Bairro Vivo. São Paulo, 22 de outubro de 2017. À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal. Referência: Minhocão, Elevado Costa e Silva, que agora se denomina Presidente João Goulart. Senhores deste colegiado, Bairro Vivo vem à presença de V.Sas. expor o que segue.

Preliminarmente quer deixar consignada sua estranheza pela esdrúxula e

intempestiva convocação de uma audiência pública para tratar assunto de tal magnitude, com exiguidade de prazo entre a convocação e a data da realização, quatro dias, e num logradouro público como se fora assunto para *show* midiático ou palanque eleitoral.

Quanto ao tema. O surgimento dessa entidade, Bairro Vivo, em 1976, originalmente Sociedade Amigos de Vila Buarque, Santa Cecília, Higienópolis e Pacaembu, deveu-se à indignação dos paulistanos residentes nesses bairros, inconformados com a violência urbanística que foi esse criminoso projeto viário, quiçá o mais destrutivo entre tantos outros que destruíram e destroem essa infeliz metrópole.

Naquela época, todos os urbanistas sérios e honestos e toda população, posicionaram-se radicalmente contra tamanho descalabro que numa tacada destruiu uma das mais tradicionais regiões desta cidade.

Tudo o que se seguiu em degradação ambiental, urbanística e social é do conhecimento de todos e, portanto, ocioso se repetir aqui.

Isso aqui é a prova da degradação.

Todas as administrações municipais que se seguiram, desde 1975, cogitam soluções para reverter esse mal e recuperar essa importante região de São Paulo.

Como advogam? Todos os urbanistas sérios e comprometidos com o bem comum, não há qualquer solução que seja efetiva e correta que não a demolição pura e simples desse horror. Como já o fizeram tantas outras grandes cidades pelo mundo afora para a correção desses equívocos urbanísticos perpetrados para atender a sanha do lucro fácil, do capital predatório que predomina na indústria da construção civil, capital esse que tem, em São Paulo, o seu maior repasto.

São Paulo, hoje, como prevíamos há 50 anos, não é mais uma urbe, transformada que foi num acampamento de desesperados, meticulosamente tecido pelo capital criminoso da especulação imobiliária, que subordina, desde sempre, o poder nesta cidade.

Elencamos aqui alguns argumentos técnicos que embasam, sem subterfúgios

sofísticos, a correta solução que é a demolição dessa excrescência. A estrutura está condenada para o uso a que foi projetada, especialistas em trânsito, através de estudos já realizados, afirmam que o viaduto, além de dispensável ao sistema viário da cidade de São Paulo, atua como um gerador de trânsito.

Ao contrário do que muitos imaginam, estudos recentes apontam a diminuição da frota de automóveis no mundo. Isso se deve a internet, através de atendimentos e vídeos, conferências *on-line*, transporte compartilhado, incentivo, conscientização e melhoria de vários outros meios de transporte.

O novo Plano Diretor da Cidade determina que, até 2020, esse viaduto seja totalmente desativado, como via de trânsito de veículos automotores.

A estrutura desse viaduto jamais recebeu manutenção necessária e isso causou a deterioração acelerada, facilmente constatadas no local, infiltrações, trincas, rachaduras, ferragens expostas, colocam em risco a segurança dos transeuntes e tudo mais.

Qualquer projeto para a preservação desse equipamento exigirá soma vultosa para a sua reforma e adaptação, além de perpetuar eternamente o empenho de recursos do Município em sua manutenção.

Trata-se de construção em total desrespeito às normas relativas ao recuo e limites entre construções, previstas nas leis de zoneamento da Prefeitura de São Paulo.

A falta de recuo transforma a parte inferior dessa construção em uma verdadeira câmara de gás. O gás quente dos escapamentos sobe, bate no teto da estrutura fria e desce em forma de fuligem, uma agressão constante aos que moram ou transitam na região.

O barulho embaixo do Minhocão é ensurdecador. Todos estão ouvindo. Várias mídias já tentaram entrevistar pessoas no local, missão impossível. A estrutura, em forma de caixa, causa reverberação dos ruídos a níveis insuportáveis. Para se comprovar, basta medir os decibéis em qualquer hora do dia ou da noite.

As colunas que sustentam o viaduto obstruem o trânsito de bicicletas e pedestres

na ciclovia implantada no local. O uso da bicicleta e o incentivo à caminhada têm fundamental importância na redução do trânsito e de poluentes na região, e isso deve ser priorizado.

As alças do viaduto ocupam, mutilam e desfiguram várias praças, largos, larguinhos, num eixo extremamente carente de áreas verdes. Largos que mantinham exemplares da fauna e flora da mata atlântica foram esmagados pela construção dessa estrutura, criando espaço, inclusive, para a implantação de garagens de ônibus.

Em relação à recuperação urbanística da região, hoje densamente povoada e transitada, encontra-se em estado de total abandono. O desmonte do viaduto devolverá à região suas características originais, um eixo com beleza arquitetônica, já testada pelo Município, com várias edificações em processo de tombamento pelo Patrimônio Histórico.

A região não necessita de atrações ou investimentos para fomentar a sua ocupação ou frequência. A retirada da estrutura devolverá ótima qualidade de vida antes compartilhada pela população.

O fenômeno ilha de calor e todas as suas consequências negativas têm como causa principal estruturas como essas: absorção de calores, solo impermeabilizado afetam toda a Cidade.

Secas, falta de umidade relativa do ar e enchentes, causadas por grandes volumes de chuvas, em pouco espaço de tempo, causam enormes prejuízos nos últimos anos.

Se nada for feito em relação a essas estruturas erradas os nossos problemas tendem a se agravar muito.

Com a remoção da estrutura, abre-se espaço no canteiro central, nas calçadas e avenidas para o replantio de mais de 1.500 árvores nativas da Mata Atlântica, criando assim um longo corredor verde, interligando parques, praças, largos e larguinhos. Um avanço gigantesco em relação à recuperação e preservação do ecossistema na região Central de São Paulo.

O desmonte do viaduto devolverá aos moradores que têm hoje suas janelas e

varandas invadidas por automóveis, bandidos e curiosos os seus direitos à luz do sol, silêncio, ar apropriado e privacidade.

A Cidade terá resgatada parte da sua história. A Avenida São João tem importância histórica retratada em prosas e versos. Já foi e continua sendo importante polo cultural de nossa cidade. Os mais tradicionais sistemas, cinemas, teatros, cafés e restaurantes estavam nesta terra. A região tem no seu DNA cultura, gastronomia, turismo, atrações maravilhosas enterradas atualmente por um equipamento imposto e mantido de maneira irresponsável e equivocada.

A remoção da estrutura e o restabelecimento de condições mínimas de salubridade, nos baixos do Minhocão, trarão, de volta à região, comerciantes e investimentos para ocupar centenas de imóveis simplesmente fechados ou até abandonados.

Em relação aos custos por um projeto para o desmonte do Minhocão, deveremos levar a discussão para as faculdades de engenharia e urbanismo para elaboração de um correto orçamento.

Em relação aos possíveis impactos no trânsito com a remoção do Elevado, preocupação principal da CET, é fundamental a opinião de especialistas e urbanistas, ambientalistas, como Sergio Azenberb, Kazuo Nakano, Carlos Lemos, Benedito Lima Toledo, Michel Gospes(?), Carlos Müller, Flaminio Fichmann, Raquel Rounik, Walter Cardana(?), Antonio Fernando Pinheiro Pedro, entre outros. Todos de acordo quanto à demolição.

Portanto, senhores membros da Comissão e demais autoridades desta Cidade, a solução correta, honesta e definitiva é o desmonte dessa estrutura anômala e perniciosa à economia da Cidade.

É isso. A nossa posição é radicalmente contrária. Desde 1975, a gente briga pela demolição desse horror. Isso é uma das grandes destruições de São Paulo, e não é a única. Realmente a Cidade está sendo paulatinamente destruída e se tornando um lugar inabitável para o ser humano.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer a contribuição do Edson Farah, do Bairro Vivo.

Tem a palavra o Sr. Juliano Manhanelli.

O SR. JULIANO MANHANELLI – Boa tarde, Vereador, todos os presentes, venho falar em nome do Vereador Nabil Bonduki, um dos coautores do PL 10/2014. Como ele não pôde comparecer, em virtude de um debate em Ribeirão Preto, vou ler o que ele me pediu para transmitir a todos.

“Como relator do Plano Diretor Estratégico, sistematizei as várias propostas que as entidades da sociedade civil e vereadores apresentaram sobre o polêmico tema do Minhocão e dei a redação final, que estabeleceu que, até 2029, horizonte temporal do PDE, o uso viário do elevado deve ser desativado, e que uma lei específica deve definir se ele seria demolido ou transformado em uma área de lazer suspensa, segundo o Parágrafo único do artigo 375 da Lei 16.050/2014 – Plano Diretor. Sou coautor do PL 10/2014, que está sendo debatido hoje, mas entendo que ele deve ser entendido como um ponto de partida para a lei a ser aprovada no Legislativo, após amplo debate com a sociedade, que possa contemplar as várias opiniões sobre o tema. Na minha opinião, devemos superar a polarização entre os que querem desmontar o Elevado e os que querem transformá-lo em um parque para iniciar uma etapa de elaboração de projetos que levem em conta todos os argumentos presentes no debate, com estimativas de orçamento, de prazo de implantação e detalhamento urbanístico. Acho que é possível, com participação de todos, encontrar uma solução capaz de contemplar, na medida do possível, todos os pontos de vista. Enquanto a sociedade não se definir sobre o que fazer depois que o tráfego de veículos motorizados for desativado, a própria luta por uma desativação, a curto prazo, fica prejudicada”.

Agora falo enquanto Juliano: trabalhei com o Vereador Nabil e hoje trabalho com o Vereador Suplicy. Hoje foi apresentada a minuta do substitutivo do Vereador Police e no artigo

4º a palavra “horizontal” foi removida da expressão “Conselho Gestor”. Então, antes, no artigo 4º, contava com um Conselho Gestor Horizontal para definir quais seriam as estratégias de implementação do projeto e a palavra “horizontal” foi tirada. Por que foi tirada? Quais são as implicações disso para o futuro projeto?

Vejo que são necessárias mais discussões, porque não conseguiremos dar fim às discordâncias e incertezas em relação a esse projeto.

Fica a minha orientação, que possamos fazer mais debates.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – São quatro anos de debate.

Tem a palavra a Sra. Elisa.

A SRA. ELISA – O grande problema nessa história toda é que não assino mais nada que me entreguem a respeito de parque ou de demolição, porque aqui não temos uma conversa social, mas sim uma conversa política. É claro que isso aqui são favas contadas, e todos nós sabemos, inclusive quem veio em nome do Vereador Nabil, porque o PT inteiro votou pelo parque da última vez. Então, são favas contadas. Estamos aqui conversando sobre o que vai acontecer e isso tem que ficar muito claro nessa discussão, porque estamos perdendo muito tempo em conversar outras coisas extremamente interessantes para esse convívio social, que está insuportável.

Nós montamos São Paulo sem Minhocão, que hoje em dia assisto de longe, apoio uma ou duas pessoas lá dentro, porque na verdade é um instrumento. Família é um instrumento dos outros, isso é muito sério. E tenho dó do Vereador Suplicy por estar no PT no momento. Não acho que ele deveria sair, mas acho uma vergonha porque o PT inteiro votou e vai votar pelo parque.

Faço parte do pessoal que apoiou o parque e continuo dizendo que estou no grupo que participou no funcionamento do diálogo, que essa era a nossa ideia, e isso foi totalmente excluído dentro da própria Câmara. Por isso que se trata de política. Por trás disso tudo há

uma vergonha imensa, porque não conseguimos entender qual é o mecanismo pelo qual estamos sendo engolidos. Não há discussão, nós estamos referendando sempre o que quer alguém muito político dentro da Câmara. Pronto. Daqui para frente, podemos conversar alguma coisa.

Acho muito chato falar isso para vocês, e me sinto a própria tucana em cima do muro, porque estou na lista deles e montei o grupo São Paulo sem Minhocão. Mas daria para aprendermos a novamente dialogar e parar de fazer referendo da opinião alheia. Eu montei toda essa discussão do São Paulo sem Minhocão porque começaram a matar morador de rua, como todos sabemos; e não envolve só morador de rua, mas muitas coisas. E nunca mais falei com MDM, porque é um grupo exterminador de opiniões. Não apoio, não assino embaixo, tenho vergonha da existência dele, principalmente de casas que estão em volta da gente, que vivem do suporte dos Consegs.

O Conseg é sério e é perigoso. Fui ameaçada e fiquei um ano sem poder sair sossegada de casa, e sei quem me ameaçou, a pessoa está no Conseg. Então, não apoio nenhuma associação, porque acho que essas associações também usam, usurpam, o poder individual político nosso na rua.

Acho chato falar isso, é uma vergonha. Mas, por favor, vamos discutir, vamos parar de ficar lendo coisa que vamos protocolar, porque se é para isso que nós fazemos audiência pública, fala com Nabil. O Nabil é joia para fazer essas coisas. Aliás, ele não está mais na Vereança, mas até que fez algumas coisas legais. Enfim, até o José Police fez coisa legal, né Police? (Pausa) Mas é política, tá pessoal? E política não é conversa. Esse é o grande problema. Nós não estamos fazendo política aqui. Ou viemos aqui para conversar ou continuo fazendo o que eu estava fazendo, que é o que paga minhas contas. Obrigado, meu recado foi meio comprido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado. Marta, por favor.

A SRA. MARTA – Boa tarde. Então, humildemente, eu resolvi falar sobre projetos,

Prefeitura, ou mesmo a parte política disso aqui. Vim para falar do que é morar no primeiro andar da São João, entre a São João e o Minhocão. Vocês não têm ideia do que é. Quem não mora aqui não tem a menor ideia do que é.

São tantos anos, 50 anos nós aturamos esse monstro. Esse bicho. Então agora sou a favor de que tenha um parque para as crianças que moram na redondeza. Porque isso é uma seara, que não temos direito a nada. Você não tem um banheiro daqueles descartáveis de usar, em cima, não se tem uma fonte de água, não temos nada. É algo árido. Já aguentamos tanto tempo esse mau que o Minhocão.

Portanto, agora, eu vejo a possibilidade de ter um parque que a Cidade inteira usufruir. Agradeço a atenção, me desculpe, simplesmente o que estou falando. Obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Marta. Quero chamar o
Wilson Levi.

O SR. WILSON LEVI – Boa tarde, Vereador José Police Neto, participantes da audiência pública.

Gostaria primeiro de contrapor a ideia que foi colocada aqui de que o Parque Minhocão não é produto da vontade democrática. O Minhocão é, sim, produto da vontade democrática. O PL 10 começa em janeiro de 2014 quando um grupo de cidadãos paulistanos se organizou para defender a desativação do Minhocão e a sua transformação em parque. Esse grupo de cidadãos de São Paulo, moradores do entorno, mas também moradores de outros lugares da Cidade, chegou até a Câmara de Vereadores e sensibilizou uma frente ampla e suprapartidária de Vereadores que foram aqueles que propuseram o PL 10. Então, sim, o PL 10 é produto da vontade democrática de cidadãos de São Paulo.

E, de 2014 até agora, foi exaustivamente debatido em eventos acadêmicos, foi debatido em eventos na Câmara de Vereadores e também em eventos protagonizados por diversos organismos da sociedade civil, pela universidade e por ONGs. Então não dá para

dizer que esse produto não é da vontade democrática.

E a oportunidade de hoje, dessa audiência pública, em que todos estão sendo ouvidos e todas as posições estão sendo consideradas, renova a perspectiva de que esse projeto nasceu e continua sendo discutido de forma amplamente democrática.

É preciso ter clareza que a vontade democrática motivou também as assinaturas de mais de 20 mil pessoas que apoiam a ideia do Parque Minhocão e que estão registradas e disponíveis para consulta pública na Associação Parque Minhocão, das quais 90% são moradores do entorno do Minhocão. São moradores da Consolação, dos Campos Elíseos, da República, da Vila Buarque, de Santa Cecília, de Perdizes, da Barra Funda. São 20 mil pessoas que assinaram, pessoas físicas, que apoiam a ideia do parque.

É importante que no debate democrático outras posições que devem ser consideradas mostrem também a força da sua mobilização. Desafio qualquer posição contrária ao Minhocão para apresentar 20 mil assinaturas que já existem a favor da derrubada do Minhocão.

Gostaria de finalizar dizendo que São Paulo está tendo uma grande oportunidade de resignificar um espaço degradado do seu território. O Minhocão foi, sim, uma cicatriz urbana, mas as cidades, hoje, no mundo todo, têm plenas condições de resignificar os seus espaços degradados, e a criação de um parque que passa sobre mais de 30 cruzamentos na cidade de São Paulo, que passa por vários bairros, com várias possibilidade de acesso, hoje, espontaneamente, já se tornou um parque público da Cidade de São Paulo, apropriado e significado pelas pessoas que mostram que a mobilização popular é capaz de produzir transformação sobre o território.

Como diz o nosso querido Felipe Morozini, que está aqui e, depois, terá oportunidade de falar, o Parque Minhocão já existe, só faltam as árvores. Vamos ao Parque Minhocão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero chamar o Felipe Rodrigues.

O SR. FELIPE RODRIGUES – Boa tarde a todos. Farei uma fala mais simples, mas, ao mesmo tempo, significativa, porque eu moro de frente ao Minhocão. Ele está na minha todos os dias. Cruzo ele por baixo, até mais que por cima. Sou arquiteto urbanista e gostaria de dizer que realmente eu me identifico em todas as falas. Na verdade, me sensibilizo por todas as faltas até agora.

Sinto dizer que não tem condições, nem teria, de ser demolido, não sei se vocês conhecem o viaduto de área popular, no parque Dom Pedro, no meio do parque Dom Pedro, está desde 89, ele tem um quinto desse tamanho. Assim, já se passaram gerações tentando demolir, aquele viaduto que não passa gente, não passa, passa ônibus. Passa só ônibus e ele só serve a uma coisa que é o terminal. São anos sem conseguir demolir, porque as cidades não têm condições de corrigir os erros do passado, mesmo que feitos durante Ditadura, não interessa.

Em todas as cidades do mundo, e agora vou falar como urbanista, não como morador, que têm um espaço como esse que foi cortado por um viário e que tem uma alta densidade no entorno, eles acabam transformando esses lugares num parque, porque, sim, as cidades têm uma deficiência de área de lazer e de esporte.

Todos os exemplos que se usam de urbanismo, estou falando como urbanista, que usam quando foram – outros, no mundo – foram demolidos, é porque eles estão nas periferias da Cidade. Por isso, eles não são necessários e foram demolidos. Então, por favor, enxerguem os exemplos que estão no mundo. As maiores cidades estão caminhando para uma direção que é a direção da resignificação, do reúso dos lugares, então eu sinto muito. Infelizmente, não temos capacidade de corrigir os erros do passado, que são muitos! Imaginem, se fosse para escolher alguma coisa, eu escolheria a calha do rio Tietê. Eu escolheria coisas mais significantes.

O que realmente não entendo é a força negativa de que as pessoas que querem a demolição tentam implicar nos usuários do parque, para tentarem conseguir os objetivos deles

a partir de gente sendo assaltada, estão tolhindo a Polícia de subir no Elevado. Soube disso recentemente. Eu não vou ter nenhuma condição de compactuar com esse tipo de diálogo, de Conselhos de Segurança que não têm representatividade social, mas estão usando as falências do sistema de segurança da Cidade para fazer com que essas pessoas sejam assaltadas no Elevado, diminuindo a frequência delas e, assim, atingindo a vontade de desativar o Minhocão por essa maldade com a sociedade, usuária frequentes e crescentes do Parque Minhocão.

Então eu espero que, sim, tenhamos um diálogo tranquilo; que realmente balizemos, embora já estamos há mais de quatro anos debatendo essa estrutura; quer dizer, eu não sei vocês, mas eu tenho 27 anos e quero estar vivo para ver alguma coisa ser feita aqui. Eu não aguento mais debater um parque! Um parque que já existe, que está claro, que as pessoas usam e que, sou arquiteto, desculpe, até entendo a dificuldade de visualização das transformações. Eu entendo, porque eu trabalho com pessoas que não são arquitetos, é óbvio, são meus clientes e eles não enxergam. Ninguém defende a fantasia do precário, ninguém defende essas condições que estamos vendo aqui. E isso tem de ser melhorado. E isso é muito mais viável, muito mais relevante, esse terreno virtual que foi criado com todas as condições de iluminação, de salubridade, estão solucionadas em projeto. Tudo é uma questão de projeto.

Então não jogue a água do banho com bebê dentro. Simplesmente, vamos transformar esse lugar no pouco que precisa, numa Cidade sem recurso. Vocês sabem, vocês moram aqui. São Paulo não tem dinheiro há várias e várias gestões. Vocês sabem disso.

Então essa solução mais simples, mais eficiente e mais inteligente é dar o espaço. Às vezes nós nos perdemos no debate, nos argumentos, mas eu subo ao Elevado e vejo uma criança andando, aprendendo a andar de bicicleta, eu vejo uma criança pulando amarelinha, eu vejo tanta coisa que me motiva e que vale qualquer debate, qualquer reação.

Portanto, eu espero, nem espero que concordem comigo, mas espero que me

ouçam, pois eu escuto o avesso, tento entender as motivações, e até concordo com o senhor que falou primeiro aqui, dando uma descrição extensa, eu não moro de frente, não preciso disso, eu sei como é que é. Concordo com os desgastes todos, eu tenho uma vizinha de 105 anos e ela nem lembra, Dona Antonia, provavelmente vocês se lembram dela. Faleceu. Ela defendia o parque, ela estava aqui desde os anos 50. Ela passou, morreu.

Para concluir, vamos tentar tomar a solução que seja mais eficiente dentro desse curto prazo de vida que vocês e eu temos, entendem? Vamos colaborar para que a vida seja mais agradável. Vou encerrar por aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer ao Felipe e chamar o Jurandir Passos.

O SR. JURANDIR PASSOS – Obrigado, Vereador. Boa tarde a todos. Para começar eu pediria para vocês olharem para cima e darem uma olhada para o que vocês estão vendo. Vocês estão vendo isso na cabeça de vocês? Então, isso tem uma extensão de aproximadamente três quilômetros por uns 20 metros de largura. Será? Vinte? Quinze? Sim, uns 60 mil metros quadrados. Vocês estão vendo as nuvens aí em cima? Se tivesse sol daria para vê-lo? Não dá.

Então, quem chama isso de parque está sendo enganado, está reproduzindo um engano, porque isso não é um parque, nem pode ser. Isso é um vaso, é uma laje, é de concreto. Isso nunca vai se tornar um parque, porque não tem sol aí em cima. Para ter sol aí em cima precisa tirar da terra, são 60 mil metros quadrados. Se você quiser fazer um solo de um metro de profundidade você vai ter que ter 60 mil metros cúbicos de terra ou de substrato ou de alguma coisa. Vocês estão vendo o tamanho do buraco que isso vai gerar em algum lugar? Depois vocês vão ter que trazer plantas, vegetação, árvores, para que isso mereça minimamente esse nome de parque, o que não é.

Então, se vocês derem um passo aqui para o lado, vocês vão ver o que pode ser a diferença do que pode ser um parque, do que é uma praça e do que é um vaso gigante, que

pode levar São Paulo a entrar para o Guinness, o Livro dos Recordes, o maior vaso do mundo. São Paulo, essa cidade, a maior cidade em tudo no mundo, a cidade mais importante do Brasil, das Américas, vai ter o maior vaso do mundo, diferente da minhoquinha lá de Nova Iorque, que ela pretende imitar. É uma minhoquinha, não é um minhocão. É uma passarela? Uma pinguela no meio da cidade.

Então, deem uma olhada nessas árvores que estão aqui do lado. Isso aqui é uma praça, não é um parque. É uma pracinha que já foi até a outra quadra, porque a outra quadra também fazia parte dela. Vocês estão vendo essas árvores que estão aqui? num dia de sol elas dão sombra, não dão? Agora, imagine: você vai passear no novo parque Minhocão, você acha que vai encontrar uma árvore dessa para se refrescar embaixo dela? Não, não vai ter, porque não vai crescer nada além disso aqui que está no chão, desses arbustinhos. E é isso o que vai ter lá em cima, como tem na minhoquinha de Nova Iorque, que eles querem fazer igual. Só que em Nova Iorque neva, faz frio. A maior parte do tempo não faz o sol escaldante que faz no verão de São Paulo.

Então, quem acha que as crianças vão brincar, que vão se divertir lá em cima, não vão, porque elas vão torrar. E se elas quiserem se refrescar vão ter que vir aqui embaixo desse teto, como vocês estão agora e é essa a visão que vocês vão ter do céu.

Brincar de amarelinha, andar de bicicleta, de *skate*, tudo isso é proibido na minhoquinha de Nova Iorque, não sei se vocês sabem. Não pode andar de *skate*, não pode andar de bicicleta, não pode reunir mais de 20 pessoas e, se quiser fazer uma festinha de aniversário, tem que pedir autorização para os donos do parque, da minhoquinha, porque ele foi privatizado. Por quê? Por que fizeram a minhoquinha lá? Por que as crianças não podem brincar de amarelinha aqui? Por que a polícia precisa invadir? Por que precisa ter polícia em qualquer lugar? Por que a polícia está seguindo todo mundo e os bandidos vão se esconder em cima ou aqui embaixo? O que a polícia tem a ver com isso, com a amarelinha das crianças, com os skates, com a bicicleta, a não ser que seja para botá-las para fora. Por que elas não

podem brincar de pega-pega? Por que não há, como nas praças da minhoquinha de Nova Iorque, equipamentos como escorregador, balança, gangorra para as crianças brincarem? Cadê os equipamentos?

Esse projeto aqui, Vereador, eu até poderia ser eventualmente a favor dele, desde que fosse um projeto. Isso não é um projeto. Quem tem ideia do que seja um projeto de lei sabe que tem fundamentação, motivação e resultados previstos. Aqui nós temos uma lauda com sete artigos, dos quais apenas dois dizem alguma coisa. Todos os outros dizem a que horas o parque vai fechar, a que horas vai abrir, como vai ser, quem vai poder entrar, quem não vai poder entrar.

Depois ele fala que vai ter uma gestão democrática e participativa mediante o conselho gestor, quer dizer, vai ter uns caras aí que vão tomar conta que a gente não sabe quem é, nem como serão eleitos, porque também não está aqui.

Diz que o Poder Público: “As despesas decorrentes da execução desse projeto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.” Ou seja, vai ater meia dúzia de escolhidos, não sabemos quem vai escolher, se somos nós ou quem vai ser, que vai ter um dinheiro na mão para gastar aí e não nas praças todas, nem nessa, nem na Praça princesa Isabel, nem no Largo do Arouche, nem na República, nem em todas as praças e parques de São Paulo que estão abandonados. Para quê? Para nos entregar o quê? Um parque de segunda classe, que é um parque para pobres, que somos nós, que merecemos um vaso, enquanto os parques dos ricos são: o Ibirapuera, o Jardins, o Villa Lobos, no Alto de Pinheiros, o Burle Marx, maravilhoso, no Morumbi. Mas, para nós, eles dão um vaso e tiram os pobres debaixo dele, que estão atrapalhando. (Palmas)

É isso que está em jogo, é isso que nos está dado. Há uma polêmica enorme, o Deputado Nabil, o Suplicy, fazem declarações, são muito democráticos, querem discutir tudo, querem fazer acordo com todo mundo, querem apaziguar. É essa mania de fazer acordo que nos levou à situação que estamos, de querer botar panos quentes e querer fazer acordo com

todo mundo, querer dar um jeitinho e foi isso que nos levou à situação que estamos. O país sofreu um golpe por conta dos acordos que estavam por baixo dos panos, que nós não acompanhamos e é o que está por trás também desse vaso, que não é um parque. Não sabemos quais são os interesses que de fato estão motivando isso.

Agora, se eu for pensar no que aconteceu com a minhoquinha lá de Nova Iorque dá para ter uma ideia do que está acontecendo aqui também, porque...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JURANDIR PASSOS – Os outros tiveram muito mais tempo, dá licença.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JURANDIR PASSOS – Quanto tempo os outros falaram?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JURANDIR PASSOS – Vocês controlaram? Não controlaram o tempo, falaram muito mais do que cinco.

Eu vou terminar. A minhoquinha de Nova Iorque faz parte, integra um projeto chamado Hudson Yards. Procurem no Google o que são as Hudson Yards, Hudson com “H”, do Rio Hudson, como o Tietê – aqui tem o Tietê, lá tem o Hudson -, procurem conhecer esse projeto Hudson Yards, de Nova Iorque e vocês vão ver o que de fato está por debaixo desse vaso. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Jurandir, mas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O senhor pode controlar, você falou dez minutos, falou mais do que todos. eu só pedi para o senhor concluir, só isso. Só isso, só isso. Chamar a Gláucia Araújo.

A SRA. GLAUCIA ARAÚJO – Boa tarde, Vereador Police Neto. Boa tarde a todos os presentes. Eu pretendo, de início, dizer que acompanhei a criação, o nascimento dessa

estrutura que é popularmente chamada de Minhocão. Mas, na época eu morava na Bela Vista, vi ruas serem aterradas, traçados serem mudados, em prol da construção dessa mega estrutura urbana, a meu ver, totalmente sem sentido.

Não vou citar dados agora, nem vou ser muito longa na minha fala. Vou falar apenas o que sinto em morar aqui em frente a essa estrutura totalmente degradada. A sensação que a gente tem é que uma hora isso vai despencar na cabeça de um. Já vi pedaços de reboco de tinta caindo em cima de ônibus e de carro, vi isso outro dia. Se caísse em cima de pessoas teria machucado.

Quando chove, por exemplo, hoje está chovendo, as goteiras persistem durante dois ou mais dias aqui embaixo dessa estrutura. Estou presenciando um grande projeto de higienização humana nesse pedaço do Minhocão. Talvez essa higienização recente - até anteontem tinha gente morando aqui - ocorresse justamente para ceder um espaço para essa audiência que ocorre hoje. Mas...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GLAUCIA ARAÚJO – Espera aí, dá licença, dá licença, eu não terminei a minha fala. Eu não terminei a minha fala, senhora, dá licença. Com licença. Isso que ocorre aqui é um processo de higienização humana. (Palmas) Gente que não tem onde morar que vai morar debaixo da ponte, como se diz no popular. Cadê eles? Vocês já se perguntaram onde estão essas pessoas? Aonde estão?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GLAUCIA ARAÚJO – Tá. Mas, o ponto agora não é esse. Desculpem se eu estou polemizando, mas ouvir todo mundo que é a favor desse maldito parque de concreto, como esse senhor aqui bem mencionou, é o maior vaso do mundo. Eu vou ser até mais gentil, vai ser uma grande jardineira. Isso aqui não tem condições de acondicionar um parque. Isso aqui pode e deve ser desmontado, demolido, se houver vontade política para isso.

Nós, moradores do entorno, merecemos ter uma vista livre. Merecemos ver essa

região recebendo sol ou a chuva que seja, o vento, que não seja concentradora como ela é hoje de poluição. De poluição do ar e poluição sonora. Eu moro nesse prédio aqui na frente e vocês não imaginam, muitas vezes de madrugada, você é acordada com as badernas que ocorrem aqui em cima, tá? (Palmas) Abri a minha janela e me deparar com gente fazendo sexo ao ar livre, isso também eu já vi. Gente usando droga, gente se embriagando e falando sem parar altas horas da madrugada, isso porque eu não moro nem no primeiro, nem no segundo andar, eu moro no terceiro andar.

Então, gente, eu acredito...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GLAUCIA ARAÚJO – Não importa, vocês têm, os defensores do parque, têm 20 mil assinaturas. Mas, eu faço o que for necessário para talvez angariar 20 mil, 200 mil, dois milhões de assinaturas para derrubar esse monstro, para que no lugar dele sejam criadas condições dignas de circulação e permanência de pessoas.

Então, esse é o meu recado no momento. Respeito todas as opiniões, tudo o que foi falado aqui inclusive a favor do parque, mas eu também tenho o direito de expor a minha opinião e me sinto, muitas vezes, usada por aqueles que querem responder pela minha vontade. Por favor, respeitem as opiniões contrárias.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Faria.

O SR. PAULO FARIA – Boa tarde a todos. Eu não sou urbanista, não sou arquiteto, sou um poeta, um escritor, que dedica 20 anos da sua vida a escrever história sobre São Paulo. Tenho uma companhia na Luz, na Cracolândia, o pessoal do Faroeste, e venho trazer uma opinião coletiva contra esse parque, por tudo o que foi relatado aqui, e essa opinião não pode ser entendida como um avesso já que não estamos falando sobre o lado direito, também não estamos discutindo a não construção de um parque nessa região, porque se tirarmos esse parque podemos fazer um parque de todos os lados que estão aqui, basta

colocar a via de um lado e do outro lado teremos um grande parque que se juntará com Arouche, Santa Cecília; na hora em que derruba a curva, fica um vão ali enorme.

Então, querer discutir um parque num projeto que não tem solo, com um custo desses, tudo o que vai envolver para que tenha planta, porque não terá árvore em cima, e continuar conservando a falta de sol aqui, principalmente o muro que isso representa do Centro para o resto da cidade de São Paulo. Portanto, derrubar o parque não quer dizer tentar resolver uma questão do passado, mas é resolver uma questão para o futuro.

E não é verdade que não há dinheiro, porque o dinheiro é mal empregado, é corrompido, é desviado; dinheiro tem. Então, se há 20 mil assinaturas, eu acho que quem estiver mobilizado para a derrubada do parque tem que conseguir mais 20 mil assinaturas para que possamos discutir. Essa discussão é democrática, e temos que parar de proibir uma opinião diferente da nossa. Esta Cidade tem que conviver com a diferença, e isso só é possível conviver em um espaço onde tenha sol, senão não gera, não frutifica.

Portanto, pela derrubada do parque e por uma Cidade sem essa aberração. A praça é muito mais interessante do que será feito. A Praça Roosevelt foi recuperada por todas as companhias de teatro que hoje estão lá, nas Satyrianas, e não será permitido usar a praça. Então é evidente que não usaremos esse parque, ele será terceirizado.

Vim trazer uma opinião diferente ao Parque Augusta, e espero que o Vereador consiga, de fato, ouvir todos e refazer, temos que discutir, porque se tudo foi feito em quatro anos foi a toque de caixa, não foi de forma tão democrática como está sendo agora, e o Vereador Suplicy tem que rever a sua posição e tem que ouvir mais a população e dar um tempo maior para se chegar ao final.

Contra o Parque Augusta! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Mirian.

A SRA. MIRIAN – Boa tarde. Sou moradora do entorno. Convivo com o Minhocão há muito tempo e acalento a ideia de demolição há muito tempo, porque não é possível pensar

em vida convivendo com esse tanque de concreto.

Quem fala em ressignificação tem que pensar no espaço debaixo. Não é possível viver bem aqui com tanta poluição, com tanta fuligem. É impossível respirar. E as pessoas que provavelmente apoiam o parque, que moram no primeiro andar, estão fazendo contraponto com os automóveis. É lógico que entre passar milhares de automóveis todo dia, vou preferir um parque na porta de casa. Mas a ideia é não ter nada disso, é ter ar, sol, nuvem, chuva, vida. Isso não é vida, é concreto, é um sepultamento.

Aqui embaixo não vai mudar, e é nisso que temos que pensar, numa coisa mais para o povo que anda por aqui todo dia. Chega de remendo. Tudo isso é gasto. Talvez exista alguma solução intermediária, mas não há projeto. Faz um lugar onde mantenha uma lembrança do Minhocão, uma pracinha ali suspensa, assim contempla algumas pessoas que gostam e que querem essa pracinha. Mas manter 3km de concreto é exagero, para criar um parque cujo uso não é tão intenso assim, pois há alternativas, temos praças; e se tiver vontade dá para criar outros parques. Parque Augusta!

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Felipe Morozini.

O SR. FELIPE MOROZINI – Boa tarde. Estou na posição de um morador, pois moro em frente ao Minhocão há 17 anos. A discussão me parece bem clara sobre os nossos interesses em comum: todo mundo que mora aqui quer paz.

Quando fala de um projeto de lei que leva a um fechamento para os carros, isso me parece muito importante. A quantidade de pessoas que usam o Minhocão para lazer hoje aos domingos, e os domingos eram para os moradores terem paz. Muitos moradores falam: “o único dia que tenho para descansar, milhares de pessoas vêm andar no Minhocão”. Ninguém pensa que se não passasse mais carro aqui talvez isso não incomodaria tanto. Aqui tem problema de privacidade, porque é um fluxo diário de pessoas.

Quando eu me mudei para cá também imaginava que o melhor para a região era

demolir o Minhocão. Fui a muitas reuniões na Prefeitura e o interesse deles na demolição é fazer mais um corredor de ônibus, como na av. São João onde não tem o Minhocão. Então, uma avenida ensolarada ou um lugar que foi eleito o lugar mais legal para os pais ensinarem os filhos a andar de bicicleta, mas sem árvores, sem água, sem banheiro? Que Cidade louca é essa em que a gente vive?

As pessoas que moram aqui na frente pagam aluguel e o valor do imóvel é 70% mais barato, então elas só estão aqui porque elas não têm opção. Por que é ruim morar aqui? Porque passam 70 mil carros na janela todo dia. Quando se fala em poluição é a poluição daqui debaixo, mais a poluição de 70 mil carros.

O que não pode é o bairro continuar pagando para os carros passarem. Tenho certeza de que aqui ninguém usa o Minhocão todos os dias para ir e voltar ao trabalho, e soos nós que recebemos esse fluxo de barulho. Quantas pessoas que conheci que têm problemas emocionais pelo barulho, pela poluição. Aqui todos os índices da OMS são todos maiores. Então, sei que não existe um projeto de parque e que não tem nada a ver com o *Highline*.

O *Highline* teve um interesse particular de melhorar o bairro, mas ninguém falou: “Ah, usem aqui que vai melhorar o bairro”. As pessoas precisam de espaço. Aqui tem vários lançamentos imobiliários de 10m², mas as pessoas precisam da Cidade para usar como extensão da casa delas. Então, é um fato que todos aqui concordam que não pode mais passar carro no Minhocão, não faz sentido passar 70 mil carros todo dia ali.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Ana Paula Camargo.

A SRA. ANA PAULA CAMARGO – Boa tarde. Sou moradora do bairro, moro bem perto do Minhocão, e uso muito o Minhocão como parque. Já faz uns cinco anos que me mudei para cá e descobri que ele era fechado aos domingos, depois descobri que ele era fechado todos os dias às 21h30. E um dos motivos que me fez ficar aqui foi justamente ter esse espaço

para utilizar, um espaço muito agradável, muito democrático, para caminhar, correr, para andar de bicicleta, para conversar com pessoas, enfim.

Então sou muito a favor do parque, porque na minha visão de usuária ele já existe. Eu discordo que o parque é só um lugar onde tem árvore, porque esse é um olhar um pouco restrito das possibilidades. O parque é um espaço público onde as pessoas podem se encontrar, onde podem conversar, para ter saúde mental, algo que falta muito em São Paulo.

Nesse sentido, já participei de aulas de yoga, de encontros, já vi sarau e tanta coisa interessante acontecendo no Minhocão por iniciativa das pessoas do entorno. Isso me deixa muito mobilizada para defender o parque, que já existe porque já tem muita gente usando e já tem muita coisa acontecendo aqui em cima.

A questão da infraestrutura, eu me preocupo também e acho que está degradado, concordo, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra porque estamos aqui defendendo e discutindo a possibilidade desse espaço que é o Minhocão hoje virar um parque definitivamente. Obviamente que se não sairmos desse impasse não conseguimos avançar e não conseguimos nem trazer um plano real de reparos, de infraestrutura ou de manutenção. Por isso este espaço democrático é muito importante, isso não é um jogo de futebol em que eu torço pelo time A e os outros torcem pelo time B, então temos que manter a compostura e um debate democrático, maduro, que está faltando aqui.

Precisamos voltar para o ponto desta audiência, porque aqui estamos debatendo o parque. E como moradora do entorno, como usuária do espaço, acho que é preciso ressignificar espaços que, após 20, 30 anos, não estão mais úteis porque justamente os hábitos das pessoas estão mudando com relação ao uso de carros; e acho que isso é muito positivo.

Portanto, em vez de ficar apagando, é preciso ressignificar. É o que já estamos fazendo com o Minhocão: eu uso o Minhocão, eu ando de bicicletas lá, fiz um grupo de corrida, e o que me fez conhecer várias pessoas foi o parque. Isso é saúde. Então, como profissional

da saúde, defendo muito esse espaço nessa linha.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Anabella.

A SRA. ANABELLA ANDRADE – Boa tarde. Sou Gestora Ambiental, ciclista, trabalho com os moradores debaixo; eles adoram o parque, nós passeamos com eles, já fizemos roda de conversa com o pessoal do CAPS. E agora vou falar como Gestora Ambiental formada pela Fundação Getúlio Vargas: nós não temos onde colocar isso. Quem disse que vai custar R\$ 23 milhões mentiu, isso não é verdade. Eu, enquanto técnica, chamamos uma empresa da Alemanha e custa 239 milhões. Então, 239 milhões, têm, Vereador? Não tem esse dinheiro para a gente colocar isso aqui para baixo.

Existem outras coisas. Nós, que somos ciclistas, corredores, como a Ana Paula falou, tem o pessoal que anda à noite, nós fazemos meditação todas as tardes, às quatro horas da tarde com o pessoal do ioga. Então, têm mil coisas que dá para fazer.

Então, essa é a nossa proposta. Eu sou ativista e ajudei a colher as 23 mil assinaturas, porque aumentou. E outra coisa, tem um pessoal que é do movimento dos Consegs, que oficiou o Ministério Público. Esse, por sua vez, oficiou a Polícia Militar, que está impedida de subir no parque. Por quê? Quanto pior, melhor. Onde há fumaça há fogo. Então, é isso o que eles querem, que fique bem ruim lá em cima.

O que fizeram semana retrasada? Chamaram os fiscais, estava eu tomando coco, chegaram três Kombis, um caminhão, dois policiais, tiraram um coco de um senhor de 66 anos. Não contaram os cocos, levaram o carrinho dele. Para quem quiser, está na pagina do Parque do Minhocão, não é mentira, é verdade. Está lá para quem quiser ver, entendeu?

Agora, uma pessoa de 66 anos, que não tem aposentadoria, esse tudo bem. E lá onde eu moro - o meu companheiro mora na Consolação – tem tráfico, venda de droga, saiu no *Estadão*, tudo o que eu estou falando tem fundamento. Isso daí, tudo bem? Quer dizer, ah, todo mundo se droga no Minhocão. Quer dizer, na Consolação, não; nos Jardins, não; na

balada, não. É aqui no Minhocão. O Minhocão é tido como o maior lugar de drogadição do planeta. Não é verdade. Não é verdade. E quem disse que isso aqui está limpo, o nosso querido Prefeito Eduardo Odloak soube da audiência e mandou fazer a Cidade Linda. Eu perguntei para o pessoal da Inova: “quem determinou a limpeza da praça?” Não tem nada a ver conosco. Se não estivesse chovendo essa audiência seria lá naquele outro lugar.

Então, quem quer derrubar o Minhocão que consiga 23 mil assinaturas. Vamos fazer uma aposta aqui, tá? Vamos apostar, vamos apostar. Eu quero as assinaturas. Vamos lá. Nós temos as 23 mil assinaturas para quem quiser ver lá na associação.

Obrigada, desculpa a demora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me agradecer as 15 contribuições do microfone e dois documentos que foram protocolados. Tenho duas questões que queria trazer a vocês que eu acho que é fundamental para entender os tempos que a gente vem realizando esse debate, quais os novos ingredientes trazidos a eles e por que esse esforço de tentar trazer parte dos debates para cada vez mais próximo do espaço do Elevado do Parque Minhocão.

Primeiro porque a gente foi muito cobrado para fazer as audiências aqui. Durante os debates que realizamos na Câmara muitos moradores nos falavam isso: “vocês fazem muitos debates aqui na Câmara” e assim foi. Fizemos um fórum com mais de dez debates públicos, realizamos audiências na Câmara, realizamos as audiências do Plano Diretor, que acabou por garantir um texto que define que até 2030 a gente deva ter uma nova leitura do que deve ser o Elevado por uma questão objetiva.

No próprio plano se definiu que para a circulação de carro, até 2030. Então, sem dúvida nenhuma, o esforço que eu aceitei realizar, porque fui muito convidado por moradores e por pessoas que observavam o uso do Parque Minhocão aos domingos como um uso de recuperação de um espaço efetivamente degradado.

Então, era difícil a gente não reconhecer que de fato nos últimos 25 anos o que

mais trouxe vida para o Minhocão foi no momento em que se fechou a circulação de carros aos domingos. O Minhocão tinha quase uma pista de corrida aos domingos, porque você tinha um fluxo muito pouco intenso e, portanto, era uma pista de corrida muito perigosa, inclusive, e que ao permitir o uso às pessoas e não só aos carros, já que não tem uso colegiado, não tem uso compatibilizado lá em cima, ou é só carro, ou não é nada, sem dúvida nenhuma, o uso no domingo deu ao Parque Minhocão uma nova função.

Por mais que eu desgoste dela, permitiu o encontro de muitas pessoas e isso é significativo. Por mais que não se goste do que acontece, o Esparrama deixa uma marca cultural bastante significativa num espaço que não tinha isso.

Então, o esforço que a gente vem fazendo para ampliar os horários de restrição de circulação de carro, reduzindo a circulação de carro para 20 horas, reduzindo e ampliando a circulação de pessoas a partir das 20 horas durante a semana, sem dúvida nenhuma, caminha nesse sentido, de que as pessoas deram ao Parque Minhocão mais do que os carros davam.

Isso é uma verdade, porque foi a partir de 2013, 2014, com o debate do parque que de fato a sociedade se mobilizou para algo e hoje avançamos muito nesse debate. Se debatemos muito nos 40 anos anteriores, não dá para comparar o debate que tivemos nos últimos quatro anos exatamente pela utilização enquanto parque que o Minhocão passou a ter, ensinando inclusive outros espaços a fazer o uso do que se deu aqui em cima. Foi inspirado no Parque Minhocão que o Conselho da Cidade definiu restringiu a circulação de carros na Paulista e hoje a Paulista está aberta para as pessoas.

Então, portanto, há uma capacidade de explicar o que acontece no Minhocão e levar para outros espaços. Sem dúvida nenhuma, a gente tem muito para aprender. Eu levo no dia de hoje diversos ensinamentos daqueles que sabem mais do que eu do parque, da engenharia, da arquitetura, do urbanismo.

Mas, eu preciso contar uma única coisa para vocês: nenhum projeto de lei na Câmara foi tão exaustivamente debatido como esse. Essa é uma garantia que eu posso dar a

vocês, porque participei de todos esses debates. Alguns de vocês, comigo e muitas dessas vezes, mas nenhum de vocês que esteve em um desses debates não me viu lá. Portanto, rostos conhecidos, rostos não tão conhecidos, mas eu posso garantir isso para vocês.

Se há um debate público que vem sendo realizado, que teve experiências dentro da bienal aqui em São Paulo, dentro de bienais fora de São Paulo, que foram temas de diversos concursos na Cidade patrocinados pelo IAB, patrocinados pelo Idec, patrocinados pelo IDTP, patrocinados pela Prefeitura de São Paulo, pela Universidade de São Paulo, pela Universidade Mackenzie, se há algo que foi debatido e vem sendo debatido intensamente é o Parque Minhocão. E para isso, acho que também é importante a gente...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixa só eu concluir, por favor. Então, é bastante importante sabermos o momento que uma decisão deve ser tomada, porque senão fica parecendo que os debates vão ser consequentes sem a consequência. A consequência de um debate é uma decisão em cima daquilo que foi debatido, reunindo aqueles que, por ventura, acham que é melhor que fique historicamente como foi concebido, circulando carros intensamente sem nenhuma redução gradual como estamos apresentando, avançarmos para gradualmente reduzirmos a circulação e, portanto, termos um outro modelo de ocupação que poderá a partir de novos debates ganhar outras teses.

Mas hoje, a tese que se consolida ao restringir circulação de veículos é a tese de utilização das pessoas. Eu não consigo imaginar que outra utilização uma redução gradual que está determinada no plano teremos. Portanto, com a redução gradual da circulação de veículos do Minhocão é lógico que temos de dar um uso mais inteligente a ele. Não inventei esse uso e nem convoquei, as pessoas subiram ao Minhocão por livre e espontânea vontade e de fato o utilizam de maneira organizada, de maneira respeitosa. Sem dúvida nenhuma se conflitos têm no Minhocão é o mesmo conflito que diversos outros parques e praças também têm.

Portanto, carrego desse debate para o encaminhamento de votação na Câmara

uma leitura que faço dos quatro anos de debate. Apoio sim a redução gradual na circulação de veículos em cima do Minhocão e consequente a ela, o uso espontâneo e incentivado das pessoas, a partir de um conselho sim que a legislação já definiu. Eu não inventei os conselhos gestores, eles têm legislação própria. Por isso, nem tratamos no projeto.

O projeto de 2003 já trata de conselhos gestores e essa é a participação mínima que sonhamos para cada espaço público, assim como já podemos ter os comitês de praças; como já têm os conselhos gestores de parque, os conselhos gestores de unidades hospitalares, os conselhos de escola,

Acho que avançamos muito saindo da participação mínima. Então, vou levar desse debate uma leitura minha para os colegas. Vou levar as manifestações de seis pessoas que aqui me trouxeram. Mas, o processo está aqui e coroa uma participação ativa nos últimos quatro anos, inclusive com um fórum que aconteceu durante um ano e meio, com reuniões mensais na Câmara Municipal de São Paulo.

Esse avanço esse projeto pode contabilizar. Se alguns não tiveram a oportunidade de participar fica um bom ensinamento. O projeto não consegue avançar para algo que eu queria, porque não é possível nesse momento. Nós não conseguimos tirar 100% dos carros de cima do Minhocão. Sem dúvida nenhuma, o Minhocão carregará nos próximos três anos ainda a circulação das sete da manhã às 20 nessa que foi a última proposta que conseguimos construir.

Portanto, ficará o debate para a sociedade do momento que esses carros da circulação, das segundas às sextas-feiras, das sete às 20 horas, deixarem de ali estar. Há um avanço significativo na redução gradual da circulação dos carros. Ela ainda não é definitiva, vai precisar muito da participação daqueles que querem o seu desmonte definitivo. mas precisará ainda mais daqueles que querem mais áreas que possamos utilizar de maneira harmônica, combinada, com conselhos gestores e quem sabe, definitivamente tiremos o carro de cima do Minhocão, dando-lhe uma condição definitiva de parque.

Agradeço a participação de todos, agradeço os 15 que se manifestaram, os dois documentos trazidos e levo isso dessa audiência pública à Câmara Municipal.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

